

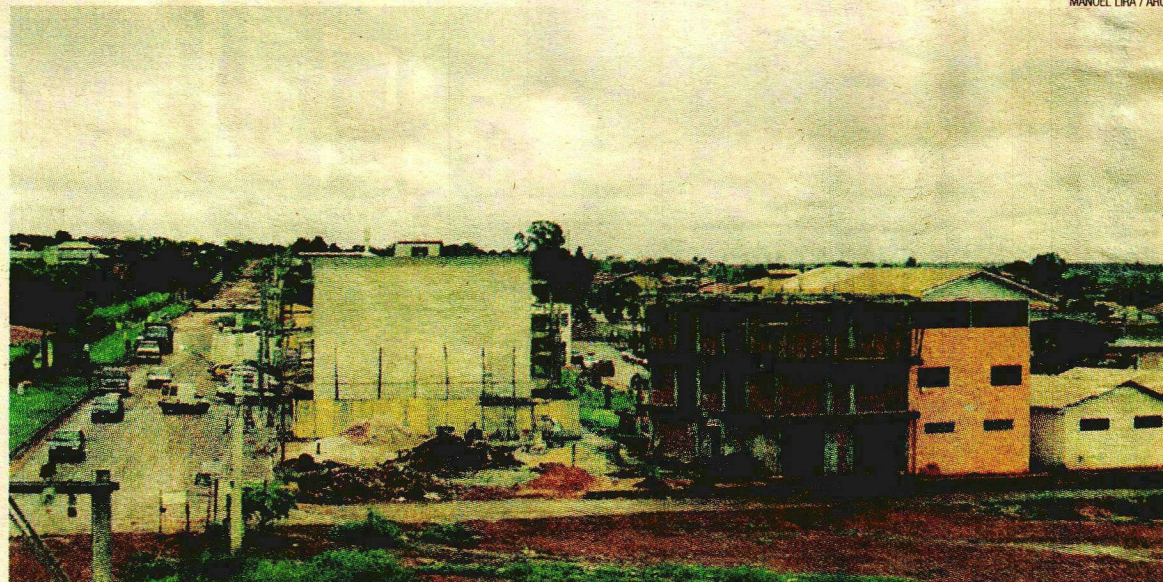
Governo quer novo plano de atuação

Decisões judiciais impedem derrubadas e obrigam o GDF a reformular ação

PAULA OLIVEIRA

A força-tarefa criada pelo Governo do Distrito Federal para combater invasões na cidade se reúne hoje na sede administrativa do governo, em Taguatinga, para definir o plano de atuação e fiscalização das construções irregulares, principalmente na região da Colônia Agrícola Vicente Pires. Por determinação do desembargador Vasquez Cruxên, do Tribunal de Justiça do DF (TJDFT), foram suspensas as derrubadas no local. A justificativa da decisão foi a intenção de evitar novos tumultos, como o que aconteceu diante da tentativa de retirada de uma casa na última quarta-feira. Por enquanto, os moradores podem respirar aliviados. "As derrubadas estão mesmo suspensas", confirmou o assessor especial do Siv-Solo, tenente Leandro Antunes.

Com mais uma paralisação da ação de retirada das in-



Com a decisão da Justiça, o processo de regularização em Vicente Pires será adiado outra vez

vasões, o processo de regularização de Vicente Pires será atrasado outra vez. Ibama, GDF e Ministério Público do DF (MPDFT) assinaram, em 2005, um Termo de Ajustamento de Conduta para que o órgão ambiental liberasse a realização de obras de infra-estrutura no local. De acordo com o documento, para a licença ser concedida, o GDF deveria derrubar todas as construções que ocupam áreas de proteção ambiental. Como isso não aconteceu, as obras de implantação da rede de abastecimento de água tiveram de ser adiadas.

A intenção do GDF é nego-

ciar com o Ibama e o MPDFT a assinatura de um novo termo para que o prazo de derrubada possa ser cumprido e as obras de infra-estrutura reiniciadas. "Estamos concordando em retomar as demolições das áreas de proteção ambiental e vamos começar pelas construções inacabadas e casas desabitadas", disse o secretário de Obras, Márcio Machado. O novo termo deve ser assinado nos próximos dias.

Ceilândia

Os moradores de Ceilândia também conseguiram o adiamento da retirada de casas em

condomínios irregulares no P Norte e P Sul. Na última terça-feira, o Siv-Solo derrubou cinco casas do condomínio Pôr do Sol. No dia seguinte, uma comissão de moradores foi recebida pelo secretário de Governo, José Humberto Pires, que garantiu que a atividade seria interrompida até que o estudo de impacto ambiental do local fique pronto. O governo estuda uma área para transferir as famílias residentes nas mais de cem chácaras do Pôr do Sol e do Sol Nascente. Denúncia de invasões irregulares podem ser feitas por meio do telefone do Siv-Solo: 3901-5367.

MANOEL LIRA / APO